

O QUE AS MULHERES ATIVISTAS ENSINAM? - RELATANDO UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO POLÍTICA NA UNIVERSIDADE

Sonia Regina Vargas Mansano¹; Carine Silva de Almeida¹; Daniele Fernanda das Neves¹; Débora Pedroza Morelato¹; Marina Soares Stefano¹

RESUMO

O relato envolve um projeto de extensão universitário sediado no interior do estado do Paraná, cujo objetivo foi compreender os impasses, desafios e risco em defesa da vida que são assumidos por mulheres ativistas ligadas às causas sociais e ambientais. A investigação-ação valeu-se da interdisciplinaridade para construir um espaço de diálogo com as ativistas. Os resultados abrangem a relação direta entre ativismo e histórias de vida, a dimensão política pautada no bem comum, a presença de riscos e as expectativas por relações inclusivas. A conclusão aponta a relevância da luta pela expansão de vidas socialmente incluídas e afetivamente fortalecidas.

Palavras-chave: ativismo; mulheres; sociedade; natureza; política

What do women activists teach us? - Reporting on a political training experience at the university

ABSTRACT

This report describes a university extension project based in the interior of the state of Paraná, whose objective was to understand the impasses, challenges, and risks faced by women activists involved in social and environmental causes in the defense of life. The action research used interdisciplinarity to build a place for dialogue with the activists. The results encompass the direct relation among activism and life stories, the political dimension based on the common good, the presence of risks, and expectations for inclusive relations. The conclusion points to the relevance of the struggle for the expansion of socially included and affectively strengthened lives.

Keywords: activism; women; society; nature; politics

¿Lo qué las mujeres activistas enseñan? - Relatando una experiencia de formación política en la universidad

RESUMEN

El relato abarca un proyecto de extensión universitario ubicado en el interior del estado de Paraná, cuyo objetivo fue comprender los parálisis, desafíos y riesgo en defensa de la vida que son asumidos por mujeres activistas enlazadas a causas sociales y ambientales. La investigación-acción se utilizó de la interdisciplinaridad para construir un espacio de diálogo con activistas. Los resultados abarcan la relación directa entre activismo e historias de vida, la dimensión política pautada en el bien común, la presencia de riesgos y las expectativas por relaciones inclusivas. La conclusión apunta la relevancia de la lucha por la expansión de vidas socialmente incluídas y afectivamente fortalecidas.

Palabras clave: activismo; mujeres; sociedad; naturaleza; política

¹ Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, Brasil; mansano@uel.br; carine.silva.almeida@uel.br; daniela.fernanda@uel.br; debora.pedroza@uel.br; marinasoares27@outlook.com

INTRODUÇÃO

Problemas de ordem social e ambiental há tempos se fazem presentes no contexto brasileiro, gerando uma série de dificuldades para a população e seus governantes. Conferências de escopo nacional e internacional voltadas para preservação do meio ambiente e do bem-estar populacional, realizadas desde meados do século XX, buscaram criar estratégias para identificar, dar visibilidade e minimizar tais problemas, sendo que nelas foi elaborado um conjunto amplo de documentos e cartas de compromisso assinados pelos governantes de diferentes nações do globo. Ocorre, entretanto, que tais iniciativas nem sempre encontraram respaldo governamental e empresarial para serem colocadas em prática, abrindo uma grave lacuna que culminou com a expansão da desigualdade social bem como a intensificação dos problemas ambientais (Piga & Mansano, 2016). Diante desse cenário, destacam-se em nosso país as mulheres ativistas que assumem atividades dirigidas à defesa da vida e ao bem comum. Nessas ações, as mulheres enfrentam sérias adversidades que vão desde a desqualificação pessoal até ameaças de morte. Atento a isso, o presente projeto de extensão estabeleceu como objetivo compreender os impasses, desafios e risco em defesa da vida que são assumidos por mulheres ativistas ligadas a causas sociais e ambientais.

Adotando uma perspectiva metodológica qualitativa, o estudo e a intervenção foram realizados em dois momentos: Na primeira parte, com ênfase em pesquisa teórica, foi realizado um apanhado interdisciplinar sobre a temática do ativismo de mulheres, tendo como áreas de referência a Psicologia Social, a Sociologia e a Filosofia da Diferença. Na sequência, o projeto abriu um espaço de diálogos com mulheres ativistas que atuam nos âmbitos social e ambiental no estado do Paraná, cartografando suas práticas e desdobramentos afetivos no cotidiano. Os diálogos possibilitaram a elaboração de uma análise situada e crítica acerca dos desafios enfrentados, destacando expansão de uma vida relacional qualificada, socialmente inclusiva e fortalecedora de vínculos afetivos aliados da potencialização da natureza e da sociedade. O presente relato justifica-se por analisar a vinculação entre educação, psicologia e política, mostrando a importância de discutir, durante o processo formativo em psicologia, como ocorre a atuação micropolítica de agentes ativistas comprometidas com a construção de uma sociedade inclusiva, atentas aos problemas sociais e sensíveis às questões socioambientais emergentes. Ao final, ficou explícita a relevância de conhecer e fortalecer as práticas de ativismo das mulheres neste momento histórico ainda fortemente marcado por inseguranças, perseguições e, em uma vertente mais radical, por violências e crimes.

DESENHANDO UM CENÁRIO DE LUTAS PELO BEM COMUM

Estudos advindos de diferentes áreas do conheci-

mento (Rolnik, 2015, 2020; Stengers, 2015) mostram que graves problemas de cunho ambiental e social estão avançando aceleradamente por todo globo, colocando em risco a possibilidade de uma existência expansiva para humanos e não humanos. Atentar para esse cenário é ao mesmo tempo urgente e desafiador, uma vez que demanda a implicação com o efetivo enfrentamento do problema. Nessa direção, governantes de diferentes países dos cinco continentes, juntamente com cientistas, líderes de movimentos sociais, representantes da sociedade civil e parte da população expressam sua preocupação e, sobretudo, seus limites para intervir nessa crise de abrangência mundial cujos efeitos avassaladores já são notáveis. Foi assumindo essa perspectiva de enfrentamento que, desde meados do século XX, começaram a ser realizadas conferências nacionais e internacionais com o intuito de compreender, analisar e mensurar a real situação das relações humanas e ambientais (Piga & Mansano, 2016) do globo. Nessas ocasiões, foram elaborados e assinados acordos internacionais visando definir ações voltadas para melhoria das condições de vida no planeta em escalas macro e micropolíticas.

No que tange às práticas macropolíticas de defesa socioambiental é notável que elas perpassam a história brasileira há tempos. A relação da população com o meio ambiente, entretanto, acontece em um campo tenso que comporta interesses divergentes. Trata-se de uma relação marcada pela intervenção da biopolítica que alude a maneiras específicas de governar a população, controlar espaços, legislar sobre os corpos e intervir sobre os recursos naturais. A biopolítica implica, de acordo com Foucault (1975/1999, p. 294), uma série de "mecanismos globais" que busca "agir de tal maneira que se obtenha estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação" (p. 294). Suas intervenções envolvem a regulamentação da existência nas mais variadas dimensões para que uma racionalidade na gestão governamental possa ser traçada, legalizada e colocada em prática. Como natureza e humanidade fazem parte de um mesmo conjunto vivo, cujos entes mantêm entre si uma conexão complexa de interdependência, ambas se tornaram alvo da biopolítica que legisla e controla os dispositivos de proteção e exploração socioambientais. Assim, interessa ao biopoder considerar os seres humanos "enquanto seres vivos, e seu meio, seu meio de existência" sejam os efeitos brutos do meio geográfico, climático, hidrográfico (Foucault, 1975/1999, p. 292).

Ocorre que estamos inseridos em um sistema socioeconômico que também interfere nas ações governamentais, ditando, em alguma medida, como devem ser realizadas suas intervenções com vistas ao acúmulo de riqueza. Pode-se considerar, assim, que esse momento crítico da nossa história, marcado por desigualdades de

diferentes tipos, oscila entre uma biopolítica que regula os modos de existir (Foucault, 1975/1999) e uma necropolítica que define quem deve ficar à margem ou mesmo morrer (Mbembe, 2018). Cabe destacar que a pandemia por COVID-19 deixou ainda mais evidente essa discrepância entre os poderes biopolíticos e necropolíticos dirigidos a humanos e não humanos (Sawaia, Albuquerque, & Busarello, 2020).

Já a esfera micropolítica sugere, para Hardt e Negri (2016), atentar as "capacidades que as pessoas já exercem em suas vidas cotidianas e, especificamente, no processo de produção biopolítica" (p. 398). Tal condição busca dar destaque "a composição técnica da multidão produtiva para descobrir sua potencial composição política" (p. 398). Ainda para os autores, a combinação de diferentes capacidades leva à "produção autônoma do comum" (p. 399), uma vez que ganha força política ao agregar uma diversidade de elementos subjetivos em circulação no cotidiano como "ideias, imagens, códigos, linguagens, conhecimentos, afetos e semelhantes" (p. 399).

Nesse processo micropolítico, cada elemento conecta-se aos demais "através de redes horizontais de comunicação e cooperação" (p. 399). Se, como argumentado, as agressões contra ativistas são práticas comuns em nosso país, cabe considerar quais as possibilidades de expandir as lutas, preservando suas vidas. Guattari (1997) assinada que esses movimentos passam necessariamente pela possibilidade de "catalisar um processo irreversível de questionamento das formações de poder às quais está acorrentada a sociedade atual" (p. 68). Como operar essa catalisação diante de forças díspares que se enfrentam? É o que as ativistas nos ensinam na sequência.

ALGUMAS INDICAÇÕES ACERCA DO PERCURSO DE INVESTIGAÇÃO E INTERVENÇÃO

A perspectiva qualitativa foi adotada neste estudo-intervenção por meio de um evento de extensão denominado "Ciclo de Diálogos: ativismo e liderança de mulheres", realizado em duas edições nos anos de 2023 e 2024, sendo sediado na Universidade Estadual de Londrina, interior do estado do Paraná. Cada edição do evento foi composta por sete sessões com duas horas de duração cada, tendo como público estudantes, docentes e profissionais da área da Psicologia vinculados à referida Universidade, somando um total de 12 participantes em cada edição. A escolha e o convite dirigido às ativistas foram realizados pelas estudantes do projeto que utilizaram como critério a experiência de atuação micropolítica das mulheres em causas sociais ou ambientais na região. A cada encontro, a convidada compartilhava suas práticas micro e macropolítica sendo, na sequência, aberto um espaço para diálogos. As causas abordadas pelas ativistas foram: feminismo, negritude, direitos humanos, arte, combate à violência, direito à cidade, etnia e natureza, deficiência e participação política. A análise foi norteada pelos conceitos de política (Foucault,

1975/1999; Rolnik, 2020), bem comum (Hardt & Negri, 2016) e transformação social (Guattari, 1997; Sawaia, Albuquerque & Busarello, 2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO: MULHERES ATIVISTAS EM CENA

Os diálogos evidenciaram o quanto as práticas de ativismo ocorrem em meio a dificuldades que assolam a vida em sociedade e a demanda por agir diante das mesmas. Selecionamos para essa exposição as principais aprendizagens trazidas pelas ativistas:

1. Nas duas edições do Ciclo foi notável que as práticas políticas de mulheres são realizadas em diferentes espaços, podendo tomar uma configuração individual, mas também ganhando contornos grupais ou institucionais, com especial atenção à inclusão social de minorias e busca de direitos. Carvalho e Mansano (2019) chamam a atenção para o quanto a implicação com práticas políticas requer não apenas a conscientização da sua importância como a construção desejante de vínculos efetivos que possam culminar em ações institucionais e geração de políticas públicas efetivas.
2. As histórias de vida compartilhadas pelas mulheres funcionam como disparadoras da preocupação com a solidariedade, a cooperação e o bem comum, tal como definido com Hardt e Negri (2016). Tais ações mobilizam "sentidos e capacidades" (p. 54) de agentes sociais para estabelecer novas conexões com o mundo, adentrando em esferas micropolíticas do existir como "ver, ouvir, cheirar, saborear, sentir, pensar, contemplar, perceber, agir, amar" (p. 54). Quando escutamos as experiências micropolíticas das mulheres, um leque de ações ganha destaque e deixa entrever o quanto a história pessoal funcionou como gatilho para implicação com a causa.
3. As mulheres ensinaram ainda que as ações de ativismo ocorrem de modo organizado, podendo estar em bairros ou movimentos sociais. Em pequenas conexões, os grupos se aliam para identificar e analisar seus problemas, tomar decisões e planejar estratégias para acessar a comunidade. Guattari (1997) chama a atenção para a 'necessidade de uma abertura dos problemas da vida cotidiana nas instituições em direção a toda uma micropolítica, todo um militantismo de um novo "ipo" (p. 66). Esse novo tipo de ação deixa entrever o constante movimento de produção, revisão e transformação das iniciativas a depender do momento e da situação emergente.
4. Outra aprendizagem gerada nos diálogos foi que as ações ativistas são permeadas por polêmicas, o que dá indícios de que um exercício político de discussão e debate pode ser colocado em curso com o foco no fortalecimento das argumentações, críticas e revisões. Arcary (2022) chama a atenção para o fato de que, no exercício político, "toda polêmica tem seu tempo. Algumas se resolvem com mais rapidez, outras exigem anos e paciência" (p. 40). A abertura e as dificuldades geradas para acolher as polêmicas foi uma marca trazida em todas as sessões de diálogos com as mulheres, que enfatizaram o valor dos debates e mesmo dos enfrentamentos entre ideias.
5. Aprendemos ainda a relevância de manter uma atenção

seletiva aos encontros e afetos expressos nas ações voltadas à coletividade. Nem sempre os encontros coletivos são potencializadores e acolhedores. Assim, há que se manter uma sensibilidade crítica em relação àqueles que favorecem o coletivo bem como uma atenção especial àqueles que levam ao desgaste e à frustração, o que demanda mais ponderações. Não há, portanto, garantias para firmar alianças, uma vez que os encontros e os afetos experimentados são múltiplos, móveis e transitórios, exigindo a cada momento uma análise sensível acerca das alianças e rompimentos.

6. Outro ponto enfatizado por algumas mulheres foi o fato de que acontecimentos limítrofes, como o caso da pandemia de COVID-19, podem vir a abalar práticas que já estavam bem delineadas e conhecidas. A pandemia, especificamente, explicitou desafios difíceis de serem enfrentados, analisados e superados, especialmente com o isolamento e o distanciamento sociais como medidas de biossegurança. Tal fato exigiu novas estratégias de contato com a população, colocando as denominadas Tecnologias da Informação e Comunicações (TICs) em destaque na organização dos movimentos sociais. Para Giaretta (2018), as TICs já são uma realidade nos movimentos sociais e seu uso é crescente na organização de práticas ativistas. As mulheres expressaram grande preocupação com as novas gerações de ativistas, pela dificuldade de ampliar o engajamento com as causas defendidas, o que gera cansaço e frustrações.

7. Como desdobramento desse cansaço, constatamos nos diálogos o incômodo com a solidão e o fracasso que dificultam as vinculações com as causas defendidas. Em tempos de enfrentamentos coletivos mais rudes, polarização política e atitudes agressivas, compreender o cenário afetivo tornou-se uma condição primordial para manter a saúde mental. Arcary (2022) alerta que recentemente surgiu no Brasil uma corrente neofascista, com influência sobre dezenas de milhões de pessoas, que defende ideias absurdas, cruéis e grotescas (p. 80). A maneira hostil como essa corrente foi disseminada por uma indústria tecnológica informatizada trouxe graves repercussões sobre as ações políticas, culminando, inclusive, em reações violentas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de aprendizagem precipitados nos diálogos com as ativistas mostram que enfrentar situações limítrofes que assolam humanos e não humanos é o desafio colocado a quem atribui valor à vida coletiva. A intervenção com ativistas mostrou que estamos diante da tarefa de identificar, compreender e disseminar as iniciativas de mulheres voltadas para a transformação social pela via desejante e micropolítica. Conhecer tais práticas cooperou para dar destaque a ações que, por serem situadas, não ganham ampla visibilidade, fato que dificulta seu reconhecimento social e abre espaços para julgamentos e até desqualificações. A experiência relatada mostrou o quanto as práticas de ativismo são marcadas por expectativas e avaliações que dificultam sua propagação no social, seguindo em duas direções: ou é amplamente glamourizada ou é desqualificada.

Assim, acompanhamos as considerações de Guattari e Rolnik (1996) de não ser possível responder aos graves problemas sociais e ecológicos instalados “sem a promoção de uma nova arte de viver em sociedade” (p. 33). Os conceitos, quando integrados às práticas de proteção da vida, podem promover processos educativos durante a formação profissional em Psicologia, cooperando para geração de intervenções precisas e com apoio governamental.

Ao final, acreditamos ter dado um passo no sentido de ampliar os saberes sobre a formação política de psicólogos voltando o olhar para as ativistas que lutam pela expansão da vida qualificada de humanos e não humanos. Os diálogos mostraram a relevância de implicar a população de modo sensível e desejante com o bem comum, abrindo novas perspectivas para enfrentar esse problema que ainda mantém uma vizinhança com o desconhecimento, o preconceito, a violência e o des-caso público.

REFERÊNCIAS

- Arcary, V. (2022). Ninguém disse que seria fácil. São Paulo: Editora Boitempo.
- Carvalho, P. R., & Mansano, S. R. V. (2019). Ecologia e mobilização social: um desafio para a Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39. 1 – 13. Doi <https://doi.org/10.1590/1982-3703003188690>
- Foucault, M. (1999). Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1975).
- Giaretta, J. B. Z. (2018). TI e movimentos sociais no urbano do século 21 [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.6.2018.tde-28062018-125528>
- Guattari, F. (1997). As Três ecologias. Campinas: Papirus.
- Guattari, F., & Rolnik, S. (1996). Micropolítica: Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes.
- Hardt, M., & Negri, A. (2016). O bem estar comum. Rio de Janeiro: Record.
- Mbembe, A. (2018). Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: Edições N-1.
- Piga, T. R., & Mansano, S. R. V. (2015). Sustentabilidade ambiental e História: uma análise crítica. *Perspectivas contemporâneas*, 10(2), 174-195. <https://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/1856>
- Rolnik, R. (2015). Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo.
- Rolnik, S. (2020). Esferas da Insurreição. São Paulo: Edições N " 1.
- Sawaia, B. B., Albuquerque, R., & Busarello, F. R. (2020). O paradoxo do isolamento na pandemia. *Psicologia & Sociedade*, 32, 1-19. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240300>
- Stengers, I. (2015). No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naif.
- Projeto de extensão financiado pela Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA). Edital 79/2022.

Recebido em: 12 de novembro de 2024

Aprovado: 28 de abril de 2025

Editora de Seção: Marilda Gonçalves Dias Facci

Disponibilidade de dados: Parte do conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.